

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO EM LETRAS – PORTUGUÊS**

MARIA JÚLIA JORGE NUNES

O DESAFIO DO AUTISMO NA INCLUSÃO ESCOLAR

**Cacequi - RS
2021**

MARIA JÚLIA JORGE NUNES

O DESAFIO DO AUTISMO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras - Português da Universidade Federal do Pampa/Universidade Aberta do Brasil como requisito básico para a obtenção do título de licenciada em Letras.

Orientadora: Vanessa David Acosta

Cacequi – RS

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

J82d Jorge, Maria Júlia
O Desafio do Autismo na Inclusão EscolarJ / Maria Júlia
Jorge.
24 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, LETRAS PORTUGUÊS, 2021.
"Orientação: Vanessa David Acosta".

1. Autismo e Educação. I. Título.

MARIA JÚLIA JORGE NUNES

O DESAFIO DO AUTISMO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Letras Português/UAB da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Letras.

Trabalho defendido e aprovado em: 03 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

Profª Ma. Vanessa David Acosta
Orientadora
(Unipampa/UAB)

Profª Espa. Marcia Silvana Peres Rodrigues
SMED/Jaguarão

Profª Ma. Verônica Rodrigues de Lima
(Unipampa/UAB)



Assinado eletronicamente por **Vanessa David Acosta, Usuário Externo**, em 23/12/2021, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **MARCIA SILVANA PERES RODRIGUES, Usuário Externo**, em 23/12/2021, às 10:17, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Verônica Rodrigues de Lima, Usuário Externo**, em 23/12/2021, às 15:03, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0701976** e o código CRC **0EBBC98C**.

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma reflexão sobre o mundo dos autistas, onde através de contextos teóricos procurou-se demonstrar a sua vida, suas dificuldades e sua relação com a aprendizagem e a inclusão escolar. O autismo se caracteriza por uma alteração cerebral, uma desordem que compromete o desenvolvimento psíquico e neurológico da pessoa afetando sua capacidade de se comunicar, de compreender e falar, abalando o seu convívio social. A criança autista não consegue avaliar situações e, portanto, reage a elas de maneira diferente. Eles se comunicam, mas da forma deles. alguns se comunicam. eu tenho um professor doutor que é autista. depende o grau, o autista permanece isolado das outras pessoas e se comporta de maneira imprevisível. Na escola, o comportamento do aluno com autismo apresenta características individuais próprias que podem comprometer a execução de propostas pedagógicas. Os autistas, às vezes, não falam e sequer fazem gestos para mostrar o que querem fato este que acaba interferindo no processo de sua aprendizagem. Sua convivência gera em torno do amor, carinho e compreensão dos pais. Para o levantamento desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde, através de livros, revistas e internet pôde-se compreender fatores fundamentais que envolvem a vida do autista.

Palavras chave: Autistas. Escola. Convivência. Inclusão.

ABSTRACT

This work presents a reflection on the world of autistic people, where, through theoretical contexts, an attempt was made to demonstrate their life, their difficulties and their relationship with learning and school inclusion. Autism is characterized by a brain disorder, a disorder that compromises a person's psychological and neurological development, affecting their ability to communicate, understand and speak, affecting their social life. The autistic child cannot assess situations and therefore reacts to them differently. They communicate, but in their own way. Some communicate. I have a professor doctor who is autistic. Depends on the degree, the autistic person remains isolated from other people and behaves in an unpredictable way. At school, the behavior of students with autism has its own individual characteristics that can compromise the execution of pedagogical proposals. Autistic people sometimes do not speak or even make gestures to show what they want, a fact that ends up interfering in their learning process. Their coexistence builds around the love, affection and understanding of their parents. For the survey of this research, a bibliographical research was carried out, where, through books, magazines and the internet, it was possible to understand fundamental factors that involve the life of the autistic person.

Keywords: Autistic. School. Coexistence. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 Inclusão Origens e Fundamentos	10
2.2 O Que é Autismo?	12
2.3 A Criança Autista e a Educação.....	13
3 METODOLOGIA	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	22

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo trata das questões que norteiam a Educação Especial, dando ênfase ao atendimento especializado ao autista. O desafio da educação especial brasileira é a implementação de uma educação de qualidade e com a organização de escolas que atendam a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que reconheçam as diferenças como fator de enriquecimento no processo educacional. O autismo é considerado como sendo um distúrbio do neurodesenvolvimento onde os primeiros sinais acontecem entre 1 ano e meio e 3 anos de idade, onde as respostas aos estímulos auditivos e às vezes aos estímulos visuais são anormais, a fala, por sua vez, é atrasada e, quando se desenvolve é caracterizada pela tendência à repetição automática de sons ou palavras ouvidas. O autista tem dificuldade em estabelecer relações com outras pessoas apresentam-se através da dificuldade em manter contato visual e manter interações sociais. Este transtorno interfere no desenvolvimento da criança, podendo torna-la dependente e sem autonomia para realizar atividades básicas de vida diária, podendo se estender essa limitação ao longo de sua vida.

Mas, para isso, é preciso garantir que a educação inclusiva não se configure como negação das necessidades educacionais específicas de cada aluno (problemas de aprendizagem e /ou deficiências), muito menos da demanda por recursos humanos, pedagógicos e materiais adequados para atendê-las. Segundo Glat & Oliveira (2003), a individualização do processo ensino-aprendizagem é a base em que se constrói um currículo inclusivo. E isso implica em se reconhecer as características e dificuldades individuais de cada aluno, para que ele aprenda.

O objetivo geral do trabalho é analisar o que é o autismo, quais os atrasos de desenvolvimento são observados na criança com esse transtorno. Os objetivos específicos são apresentar uma reflexão sobre o mundo dos autistas; demonstrar a sua vida, seu comportamento, sua interação entre familiares e refletir sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito escolar. Para atender as características e os objetivos apresentados para o desenvolvimento deste estudo, o processo metodológico foi baseado em levantamento bibliográfico de livros, revistas, jornais, periódicos, internet. Este estudo tem um teor de grande importância para a sociedade e para a educação por ser um tema muito atual que trata de um

transtorno que acomete uma grande parcela da sociedade que afeta uma pequena parcela da população, e sendo de pouca incidência, há a falta de conhecimento de como conviver com essa criança e, no caso da educação, de que forma educá-la para integrar-se ao meio educacional e social.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Inclusão: Origens e Fundamentos

A relação entre o homem e o meio não se dá de forma isolada. O homem está situado no tempo e no espaço, assim como é envolvido por mudanças ocorridas dentro de um sistema global que envolve os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos, etc. Por meios desses fatos, o indivíduo é um sujeito e agente transformador num contexto histórico.

E é como seres transformadores e criadores que os homens em suas permanentes relações com a realidade, produzem, não somente os bens materiais, as coisas sensíveis, os objetos, mas também as instituições sociais, suas ideias, suas concepções. (FREIRE, 1987, p. 92).

Segundo Sasaki (1997, p. 122) a "inclusão é uma atitude de aceitação das diferenças, não uma simples colocação em sala de aula." Em todas as classes sociais há pessoas com deficiência, e estas pessoas devem ser incluídas para que vivam e convivam em sociedade.

Viver e conviver em sua própria comunidade familiar, social, escolar, religiosa consiste em favorecimento, uma vez que a educação é um direito constitucional de todos os cidadãos.

Veja-se o que diz a Constituição Federal em seu artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Deve-se considerar inclusão somente quando os indivíduos têm sentimento de pertença e uma identificação com os outros membros da comunidade. A aceitação e o pertencer a um grupo geram prestígio, valorização, acolhimento. Além disso, a pessoa é chamada a contribuir, recebendo o apoio e ajuda necessários ao

seu desenvolvimento e participação na própria comunidade.

Todos devem estar imbuídos da responsabilidade, do interesse, do prazer e do valor da inclusão para o bem-estar e realização pessoal da pessoa com deficiência dentro do contexto social, econômico, familiar e educacional.

À família, como instituição social, pode promover desenvolvimento emocional da pessoa com deficiência, assim como garantir aos mesmos o desenvolvimento de atitudes positivas em relação a si mesmos.

Uma sociedade pluralista, ciente de que é formada por pessoas com capacidades, gostos e aptidões diferentes deve cooperar e compreender a possibilidade de uma ação igualitária em oportunidades para todos os seus membros.

A escola, também como instituição social deve educar para a ruptura de tabus, estigmas e massificação que levam as pessoas a terem atitudes negativas sobre os deficientes.

Aos governantes cabe viabilizar políticas públicas nas mais diversas esferas da sociedade, que favoreçam recursos de qualidade, boa instrumentalização para o trabalho escolar, decretar leis de proteção e que assegurem melhores condições de vida, nas mais diferentes esferas, aos da pessoa com deficiência.

Segundo Cavalcante (2005), a Constituição Federal de 1988 garante o acesso ao Ensino Fundamental regular a todas as crianças e adolescentes, sem exceção. A Constituição também deixa claro que a criança deficiente deve receber atendimento especializado de forma complementar/ suplementar em turno inverso à turma regular, de preferência dentro da escola.

Logo, a inclusão não visa trabalhar a pessoa dentro da Educação Especial, segregando-a em classes especiais sem lhe dar o direito ao ensino regular, pois a própria Constituição garante a essas pessoas o direito ao ensino regular:

“III - Atendimento educacional especializado aos da pessoa com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (ART. 208 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 em seu Capítulo V afirma:

Parágrafo Único: O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independente do apoio às instituições previstas neste artigo. (LDB

9394/96, 1996: 67)

A inclusão ganhou reforços com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e com a Convenção de Guatemala, de 2001, que proíbe qualquer tipo de diferenciação, exclusão ou restrição baseada na deficiência das pessoas. Portanto, mantê-las fora do ensino regular é considerado exclusão, e exclusão é crime de preconceito, previsto, no art. 8º, da nº. 7.853, de 24 de Outubro de 1989. “Nesse sentido, nenhuma escola ou creche pode recusar sem justa causa, o acesso do deficiente à instituição. A pena aos infratores é de um a quatro anos de prisão, além da multa”. (JOVER, 1999, p.09).

O debate constante, a divulgação de experiências bem sucedidas e a conscientização crescente sobre o que dizem as leis têm se refletido positivamente nas estatísticas educacionais. O número de matrículas em escolas e classes especiais diminuiu. Em contrapartida o número de estudantes com algum tipo de deficiência cresce a cada ano na rede regular de ensino. (CAVALCANTI, 2005, p. 42).

A Educação Especial deve ser vista como uma modalidade aberta que visa promover o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino.

2.2 O Que é Autismo?

O espectro autista)é denominado pela Associação Americana de Psiquiatria – APA (2013), como um transtorno do neurodesenvolvimento. Sobre isso, destacamos que o termo autismo foi utilizado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra Suíço que buscava em seus estudos descrever características da esquizofrenia. No entanto, a denominação do autismo toma uma proporção maior em 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, que em suas primeiras pesquisas já abordava características do autismo de forma relevante (CUNHA, 2015). O autismo se caracteriza por dar respostas anormais aos estímulos auditivos e/ou visuais e também por apresentar problemas graves na compreensão da linguagem oral. A fala demora a aparecer e, quando isso ocorre, é possível observar a ecolalia, que é a repetição das palavras. Há também uma enorme dificuldade em desenvolver

relacionamentos interpessoais, visto que o autista não se interessa pelas outras pessoas, dispensando, inclusive, o contato humano.

O autismo se apresenta como sendo uma desordem no desenvolvimento do indivíduo manifestada desde seu nascimento, de forma grave e por toda sua vida, acometendo aproximadamente 20 entre cada 10 mil nascidos, sendo quatro vezes mais comum nos meninos do que nas meninas. segundo o estudo da Organização Mundial da saúde em 2016 cerca de 1 a cada 68 crianças no mundo são autistas. O autismo pode ser encontrado em todo o mundo e em todas as famílias, indiferente à sua configuração racial, étnica ou social. (FACION, 2007)

A ocorrência do autismo se dá de forma isolada ou associada a outros distúrbios que afetam o funcionamento do cérebro. Sendo que a expectativa de vida de uma pessoa com autismo é considerada normal. No entanto, faz-se necessária uma reavaliação periódica visando ajustes necessários quanto às suas necessidades, pois os sintomas mudam e alguns podem até desaparecer com a idade. As formas mais graves do autismo apresentam sintomas como os de “autodestruição, gestos repetitivos, e raramente comportamento agressivo, que podem ser muito resistentes a mudanças, necessitando frequentemente de tratamento e técnicas de aprendizagem muito criativas e inovadoras”. (GAUDERER, 1993, p. 3)

Segundo a *National Society for Autistic Children*:

Tem sido de grande valia os programas educacionais específicos, que usam métodos comportamentais, criados para cada aluno de forma individual. Acompanhamento e apoio são importantes para familiares com membros com autismo. Essas técnicas beneficiam qualquer família que tenha indivíduos com alguma incapacidade duradoura. Medicamentos usados para diminuir certos sintomas podem ajudar pessoas com autismo a levar uma vida mais satisfatória. (*apud* GAUDERER, 1993, p. 4)

Sendo uma pessoa “atípica”, o autista necessita de cuidados especiais, pois sua condição assim o pede, portanto, quando o mesmo é ajudado em suas atividades normais, com um acompanhamento individualizado, ele tem maiores e melhores condições de superar suas dificuldades.

2.3 A Criança Autista e a Educação

Educar é um ato que se estende a toda pessoa, seja ela deficiente ou não. Todos têm direito de poderem aprender. É considerando a diversidade e enfatizando a importância dos espaços de participação no ato de educar e aprender que se busca examinar algumas das especificidades – notadamente as cognitivas – de alunos com autismo. A consideração dessas especificidades faz-se no contexto da assim denominada teoria da mente e propõe atividades de apoio cognitivo.

A dificuldade de representação mental, de acordo com Baptista e Bosa (2002), não está restrita apenas às situações onde a criança assimila conhecimentos informativos e/ou aprendizagens formais, mas, talvez, demonstre ser mais frágil exatamente na área que é mais identificada com o autismo, ou seja, na área das relações humanas. Desse modo, a partir da inter-relação existentes nos aspectos sociais, emocionais e cognitivos no pensamento e na aprendizagem, há, nas crianças com autismo, uma forma de quebra desse encadeamento que ocorre da sua dificuldade na representação mental para poder entender o que os outros pensam e sentem, por causa disso, a criança autista não consegue interpretar cognitivamente as mensagens socioafetivas emanadas pelos demais integrantes de seu grupo social.

A criança autista encontra-se privada dessa capacidade por causa da dificuldade que ela tem em poder representar mentalmente as situações de conflito. Assim, na maioria das situações, ele ou ela não reconhece expressões de emoção ou não lida com conteúdos afetivos porque os estados mentais correspondentes a tais vivências permanecem obscuros. Em outras palavras, “ele tem dificuldade em usar os seus próprios estados mentais para refletir como outros podem estar pensando e sentindo”. (BAPTISTA e BOSA, 2002, p. 112)

Talvez pareça estranho uma profissional da área social falar de processo de aprendizado, dos aspectos e filosofia que estariam embasando a educação de uma criança autista. Ocorre que minha experiência como mãe que buscou um caminho para entender o processo pelo qual sua filha autista melhor aproveitasse o ensino a ela sugerido e também a vivência diária com todas as crianças da AUMA (Associação dos Amigos da Criança Autista) – foi um elemento forte o suficiente para nortear minhas ações no que diz respeito a pesquisas, leituras e reflexões sobre como uma criança autista aprende e que tipo de educação oferecer a ela. Através dessa busca entendi que uma criança autista aprende por associação, ou seja, se pretendemos ensinar a cor amarela para ela, precisamos associar a cor a alguma coisa de cor amarela que ela já conheça, como por exemplo, a banana. (LOPES, 1997, p. 25)

Um outro exemplo de processo associativo de aprendizado dado pela autora acima citada é aquele onde a criança associa o ato do pai sair para trabalhar, após dar tchau e pegar uma maleta. A criança associa o ato de trabalhar à maleta. Se o pai não pegar a maleta, ele não vai trabalhar e sim passear. Aí a criança chora e quer ir junto.

Segundo Lopes (1997), a dificuldade de generalização é bastante variável de criança para criança, pois algumas conseguem generalizar alguns elementos com mais facilidade em detrimento de outros. Na verdade, esta baixa capacidade de generalização é porque o autista se fixa a um significado central, o que lhe dificulta perceber que uma informação se encaixa a outra e assim sucessivamente. A questão da associação com dificuldade na generalização pode ser observada nas diversas áreas de aquisição de conhecimento, ou seja, linguagem, matemática etc.

Outro aspecto importante do aprendizado de uma criança autista é que ela aprende muito melhor vendo do que ouvindo, ou seja, o sentido da visão é um dos sentidos que mais favorecem o contato da criança autista com o mundo exterior. Isso explica o fascínio de uma grande parte das crianças autistas pela televisão, por logotipos e outdoors.

A televisão propriamente dita, tem, de uma vez só, três dos elementos que embasam o processo de aprendizado de uma criança autista, ou seja, é visual, é previsível e altamente estruturada. Elas conseguem aprender muito rápido a hora dos programas e qual programa vai passar em função destes aspectos. (LOPES, 1997, p. 26)

A televisão é um instrumento que pode chamar a atenção da pessoa portadora de autismo, pois através de seus recursos audiovisuais, ela tem o poder de fazer com que ela se sinta atraída por seus programas.

Além destes, um outro fator é a dificuldade que o autista tem de compreender o ponto de vista do outro. Há um prejuízo social em decorrência do não-entendimento das explicações e justificativas do outro, do não-entendimento do que o outro pensa nem a previsão do comportamento do outro. A previsão do comportamento do outro só será construída após algum tempo de convivência com determinada. Porém, é uma previsão específica para cada pessoa e que se dá por registro e associações e não por interpretação ou por entendimento global do comportamento humano. Isso explica a enorme dificuldade em ensinar “limite” para os autistas. (LOPES, 1997)

Sendo assim, a não-compreensão do ponto de vista do outro é também uma das dificuldades que modelam os caminhos pelos quais o autista percorre para chegar a um aprendizado ou a um conhecimento. Uma outra característica muito peculiar dos autistas está na forma como assimilam os conhecimentos.

Na prática educacional, conforme Lopes (1997, p. 27), a forma de se apresentar o “nosso” mundo ao autista acontece de maneira muito diferenciada, e esta forma é composta por três etapas:

1. Inicialmente menciona-se à criança o nome social do objeto ou fato, isso é, interpreta-se para ela o nome social do objeto, fato ou ação, sem nada cobrar dela. É a fase de apresentação ou primeira fase;
2. Quando a criança já está demonstrando algum entendimento a respeito do conteúdo apresentado, solicita-se que a criança aponte, pegue ou vá buscar o objeto cujo nome foi dito. É a fase do apontamento ou segunda fase;
3. Em uma última etapa, caso a criança fale, solicita-se que ela diga o nome do objeto mostrado. É a fase da nomeação ou da realização, quando ela foi capaz de fazer a ação sozinha ou terceira fase.

Estas fases ocorrem para todo o aprendizado, seja ele de um objeto, de uma ação ou a formulação de um raciocínio matemático.

Segundo Baptista e Bosa (2002), o debate relativo à ação educacional na área das chamadas “necessidades educativas específicas de cada aluno” tem alargado os limites da educação especial e provocado a sua aproximação das questões que configuram o campo da educação. A direção norteadora do debate educacional, no âmbito educação especial, tem tido apoio das recomendações de ampliação da escolarização para os alunos com graves transtornos de desenvolvimento e a defesa do ensino comum como um espaço possível para o acolhimento das “diferenças”.

Um dos paradoxos que tem marcado a discussão sobre o atendimento educativo aos alunos autistas e psicóticos diz respeito ao nível de “estruturação” que deve apresentar a proposta de intervenção. O conceito de “estruturação” merece ser amplamente discutido, sob pena de ter a sua função distorcida. (BAPTISTA e BOSA, 2002, p. 17)

Algumas metodologias enfatizam a “estruturação” indiscriminada do contexto por meio de um planejamento predeterminado que abusa de atividades repetitivas de desprovidas de significado para o aluno. Este modelo de proposta sugere existir confusão entre a “estrutura” e a ausência de criatividade e flexibilidade. Tais

características afastam a educação especial dos parâmetros de qualidade que têm sido defendidos para o ensino comum: participação, capacidade de autogerenciamento, cooperação, etc.

A construção de um currículo vivo, por meio de pesquisas de questões significativas realizada junto às famílias e aos alunos, alia-se ao esforço de articulação constante entre as diferentes áreas disciplinares. Isso faz com que as ações tenham sentido para aqueles que devem ser os beneficiários: os alunos. Essa construção é um elemento distintivo que aproxima o trabalho desenvolvido na escola especial daquele que caracteriza o cotidiano das escolas municipais de ensino comum. Observa-se ainda a existência de uma pluralidade de ações e de espaços educativos, que redimensiona o papel da sala de aula e tende a fomentar as interações entre os diferentes grupos. (BAPTISTA e BOSA, 2002, p. 19)

Para o médico Edouard Séguim (*apud* BAPTISTA e BOSA, 2002, 106), “uma boa educação especial é parte de uma boa educação”.

Essa afirmação contempla toda a discussão contemporânea sobre a educação dos diferentes. A postura crítica e propositiva desse educador expressa-se na elaboração teórica, pois antecipou vários aspectos que hoje são associados a uma perspectiva interacionista de aprendizagem. A contínua conexão com uma prática desafiadora faz com que se encontrem, no trabalho de Séguim, sugestões que exigem uma intensa reflexão sobre o ato de educar/acompanhar.

O quanto à presença do educador deve ser “leve” para permitir e favorecer o avanço do aluno? Essa pergunta encontra-se em sintonia com muitos dos ensinamentos deixados por esse estudioso. Sobre a aprendizagem expressa no ato de vestir-se, Séguim afirma: “(...) vista-se com a ajuda de uma pessoa que retirará, a cada dia, uma parte imperceptível de seu auxílio”. (BAPTISTA e BOSA, 2002, p. 106)

A defesa de movimentos de apropriação por parte dos sujeitos está presente no trabalho desse estudioso também naquilo que se refere à contribuição do educador. Este deveria introduzir uma certa sistematicidade na sua observação cotidiana.

Para Baptista e Bosa (2002), a capacidade de observar deveria ser articulada. Segundo essa perspectiva, a valorização do contexto fortalece a necessidade de se estar atentos às questões que envolvem comunicação e trocas. A ênfase na comunicação pode favorecer a ampliação e a pluralidade de relações;

contrariamente, a relação interpessoal tende a fortalecer laços que podem ser marcados pela dependência ou, no mínimo, pela restrição e pelo fechamento.

O resgate histórico da educação especial evidenciou o atendimento a sujeitos com deficiências variadas, pois uma certa precisão diagnóstica é muito recente no atendimento aos “diferentes”. Do ponto de vista pedagógico, tem-se definido que o quadro diagnóstico não deve ser o elemento-chave que orienta a ação educativa. “Conhecer o sujeito com quem se trabalha deve ser parte do trabalho do educador, utilizando os recursos pedagógicos que poderão dar pistas de continuidade”, dizem Baptista e Bosa (2002, p. 108).

Todas as crianças autistas ou com deficiências correlatadas têm atualmente direito à educação. Esta afirmação óbvia representa, no entanto uma abordagem revolucionária. Até pouco tempo atrás as opções de tratamento eram muito reduzidas. Os pais eram confrontados com a idéia de estarem na origem dos distúrbios dos filhos. Se fossem afortunados tinham acesso a algum internato de alto custo. Se fossem pobres, a solução seria uma instituição mais ou menos asilar, enorme e impessoal. (CAIXETA, 1995, p. 5)

Diferentemente do passado, hoje as crianças autistas têm a possibilidade de serem escolarizadas em escolas regulares. O projeto pedagógico obviamente deve ser feito sob medida para corresponder às suas necessidades educativas especiais. Hoje, reconhece-se que os pais são indispensáveis para o tratamento psicopedagógico de seus filhos.

Tem-se atualmente a preocupação com o ensino de pessoas da pessoa com deficiência, pois as mesmas têm seus direitos garantidos junto a uma instituição educacional, não necessitando, como no passado, que tal pessoa ficasse confinada em seus lares sem o direito de poder ser educada em uma escola.

De acordo com Caixeta (1995), as necessidades de cada criança devem ser consideradas individualmente a fim de produzir uma “prescrição” educativa das exigências escolares. Algumas crianças autistas, por exemplo, farão mais progresso em uma escola para crianças normais ou apresentando incapacidades mínimas; outras iriam bem melhor em estabelecimentos para crianças deficientes mentais *lato sensu*, e outras finalmente estariam melhor adaptadas a alguma escola ou classe específica para crianças autistas. Deve-se ter em mente que todos os esforços educativos quanto às dificuldades psicopedagógicas dos autistas são grandes e que um dos maiores problemas é o da dificuldade de generalização das aquisições

adquiridas num contexto mais ou menos técnico, mas cuja transposição para a vida prática se revela impossível para a criança.

3. METODOLOGIA

Para a construção deste trabalho procurou-se basear em ser uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e básica. Partindo da busca incessante sobre novos conhecimentos por meio de leituras reflexivas e interpretativas de livros, artigos e periódicos e ainda com conversas e discussões com pessoas que atuam efetivamente na educação e com as pessoas que convivem com autistas, nesta área em questão para se ter conhecimentos significativos para futura atuação prática e entendimento da realidade vivida.

Ainda, as metodologias se basearam em atividades de busca e reflexão das práticas docentes desenvolvidas na sociedade atual, comparando-as com épocas passadas, onde foi possível perceber as evoluções que ocorreram beneficiando ou prejudicando a educação pessoal e social do homem.

Portanto, os conceitos aqui mencionados foram reflexivamente estudados e compreendidos para concretizar a ideia de basear a prática pedagógica no diálogo, podendo conquistar uma educação que contribua para a formação do ser humano, conscientizando-o da luta por uma sociedade justa e igualitária.

Destacando ainda que, o desafio encontrado para a efetivação da inclusão deve ser uma ação que vise à cidadania de todos os integrantes envolvidos no processo educacional. Almejando sempre a valorização do ser como um todo, tendo consciência e comprometimento com a transformação da realidade social inserida. Procuramos assim, sintetizar neste trabalho, reflexões que facilitem na contribuição do entendimento do processo educacional. Com base na inclusão do aluno autista na escola, história, desafios, direitos, acessibilidade e adaptações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de uma criança autista é uma experiência que leva o professor a rever e questionar suas idéias sobre desenvolvimento, educação, normalidade e competência profissional.

O professor que trabalha na educação de uma pessoa autista deve ter em seu ser um sentimento de amor e de dedicação muito grande, pois sua tarefa não é fácil tornando o ato de educar frustrante em vários momentos. Ele precisa estar ciente das condições de ensino para essa pessoa; estar disposto, enfrentar as mais diversas dificuldades e ainda, ter coragem para não desanimar e abandonar a função.

O trabalho com criança autista torna-se um desafio, contudo, sua realização é possível e seus resultados são perceptíveis. O bom atendimento à criança autista constitui-se na relação entre o professor e aluno, pois dessa relação propiciará a oportunidade de retirar esse aluno do seu isolamento caracterizado pela síndrome.

O maior problema enfrentado pelo autista está na sua incapacidade para iniciar, manter ou compreender um relacionamento social com outras pessoas. Outro fato marcante é que a pessoa autista por vezes apresenta um comportamento agressivo, consigo mesma, e também com as pessoas quem estão em contato com ela. A família, que socialmente constitui a instituição mais sólida, tem um papel fundamental no desenvolvimento do autista. É dentro de uma família amorosa e estruturada emocionalmente ou, que pelo menos procura ser, que o portador de autismo começa a ter suas primeiras lições de envolvimento emocional e social.

Compreende-se que todas as crianças autistas ou com deficiências correlatas têm atualmente direito à educação. Entretanto, a educação tem um desafio muito grande diante do portador de autismo, pois ao tentar ensiná-lo, o educador se defronta com a falta de uma resposta, pois o autista vive, de certa forma, num mundo só seu, um mundo particular. O educador, no entanto, deve buscar meios de inserir-se neste contexto com o intuito de estabelecer uma relação o indivíduo. A socialização, o desenvolvimento das potencialidades, direito a igualdade nas atividades escolares, e a estimulação para a integração social do surdo, são necessários no processo inclusivo na área do ensino regular.

Para atingir a tão sonhada inclusão, dependerá de todas as pessoas da sociedade, de recursos e mudanças no interior das escolas para que esta inicie um caminho de transformação. Assim, tomando como base os vários autores, verifica-se que o processo de inclusão representa a inserção do aluno com necessidades especiais no ensino regular. As escolas devem preparar uma estrutura para receber esse indivíduo atendendo as suas necessidades. Para que isso ocorra, deve haver uma conscientização e preparação de todo o ambiente onde haverá a troca, para que assim não haja a discriminação do aluno deficiente e que esse não tenha que passar por segregado.

Há, ainda, um longo caminho para ser percorrido quando se trata da educação de autistas no Brasil, pois há a necessidade de entender que a pessoa autista é um sujeito que tem uma identidade, uma cultura e também uma língua própria e tudo isso precisa ser respeitado para que sua educação seja efetiva.

A realidade inclusiva atual é um passo muito importante no reconhecimento do direito que o autista tem de ter uma educação com qualidade, mas a realidade tem demonstrado que, devido às necessidades especiais desses alunos, as instituições educacionais e também os professores devem estar mais bem preparados e qualificados para recebê-los e assim oportunizar condições reais de aprendizagem. Trata-se de um desafio, pois é um processo de aprendizagem bastante diferenciado do ensino ministrado a alunos ouvintes, mas não é uma atividade impossível de ser realizada.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, Maria Lúcia T. M. **psicologia do Excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.

AMY, Marie Dominique. **Enfrentando o autismo**: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAPTISTA, Cláudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARON-COHN, Simon. **A verdade sobre o cérebro de homens e mulheres**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: Integração/ Segregação do aluno deficiente**. São Paulo: Educ., 1993.

CAIXETA, Marcelo. **Psicopedagogia do autismo**. Revista Neuropsiquiátrica da Infância e Adolescência, 1995.

CASTRO, Alberto Rainha de; CARVALHO, Ilza Silva de. **Comunicação por língua brasileira de sinais**: livro básico. 3. ed. Brasília: Senac/DF, 2009.

CARMO, Apolônio A. **Deficiência Física: A sociedade Brasileira Cria Recupera e Discrimina**. Brasília: MEC, 1994.

CARMO, A. A., SILVA, A. V. S. (org.) **Educação Física e a pessoa portadora de deficiência: contribuição a produção de conhecimento**. Universidade de Uberlândia-Uberlândia, 1995.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Meditação, 4ªed,2004.

CAVALCANTE, Meire Caminhos da Inclusão **Nova escola** São Paulo outubro.8p.2006.

CASTILHO, Tai. **Temas em terapia familiar**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2001.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Secretaria de Estado da Educação**. Núcleo regional de educação. Curitiba,1994.

FACION, José Raimundo et al. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2.ed. Curitiba: Ibpx, 2008.

GAUDERER, E. Christian. **Autismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1993.

GLAR, Rosana. **Inclusão Total: mais uma utopia**. Revista Integração. V.8, nº 20, 1998.

LOPES, Eliana Rodrigues Boralli. **Autismo: trabalhando com a criança e com a família**. 1. ed. São Paulo: EDICON AUMA, 1997.

ROCHA, Pedro Paulo. **O trabalho terapêutico em crianças autistas**. Publicado em 15/09/2002. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=368>>. Acesso em: 18 set. 2021.

SOUSA, Fernanda Gonçalves de. **Natação para autistas**. Disponível em: <<http://www.tribunamt.com.br/2009/02/natacao-para-autistas/>>. Acesso em: 18 set. 2021.